

O TEMPO FESTIVO¹ EM ARGEMIRO DE FIGUEIREDO (1937-1940)

Waniéry Loyvia de Almeida Silva*

INTRODUÇÃO

No processo de (re) construção de uma identidade nacional, papel de extrema importância foi desempenhado pelos intelectuais brasileiros. Esses *homens das letras*, fabricaram e difundiram entre a população um sentimento de nação, recorrendo as raízes da história do Brasil e se utilizando de símbolos populares (SANTOS, 2014, p. 1).

Esse sentimento de nação enquanto uma construção, ou uma ideia imaginativa, que surge no século XVIII e ganha força no século seguinte, não substitui a religião, mas baseia a sua essência nesta última, quando diz respeito a sua incontestabilidade, pois, assim como a ideia de religião é *infallível*, a de nação também o é, pois se agora “perdemos Deus, temos uma nação”² (ANDERSON, 1993). Por outro lado, também, é visível o apelo emocional provocado pelo nacionalismo, o que leva o historiador Benedict Anderson (1993) a afirmar que esse fenômeno é muito mais próximo da religião do que da ciência. Tanto nação quanto religião são sistemas culturais e que, portanto, precisam de símbolos, uma linguagem própria e uma população que se identifique com os ideais propostos.

Associada ao ideal de nação, e a uma *falsa ideia*³ de progresso, evolução e desenvolvimento necessários a transformação cultural, social e econômica do país. Tal projeto, delimitado por agentes governamentais que partilhavam dos mesmos costumes, tradições, ideologias e etc. constituíram-se enquanto um projeto com fins políticos. A identidade brasileira moldada sob o aspecto ditatorial escondia as especificidades culturais e as diversas variantes do território sob o apelo de um conjunto homogêneo, unido, que comungasse absolutamente dos mesmos propósitos independente de classe, credo, cor ou religião. A nação brasileira estava sendo forjada de maneira que se aboliam os individualismos em prol do coletivismo (AMARAL, 2002[1938]).

Defensores de um governo forte e centralizado e identificados – muitas vezes – com modelos discricionários em voga naquele momento, esta elite intelectual acreditava ser uma espécie de portadora da consciência nacional, e que por isso sua missão e dever moral para com a nação (PECAUT, 1990), residia em salvar o Brasil da “anarquia social e política” (TORRES, 2012 [1912], p. 20), pela qual o país passava.

Remontando as raízes do Brasil para fabricar uma unidade nacional, o Estado Novo propôs uma reorganização pelo alto atraindo assim o apoio dos letrados, a fim de obter a legitimidade para um regime estabelecido através de um golpe. Dessa forma, concedeu-se liberdade “moderada” a esses intelectuais, que através dos ideólogos estado-novistas eram convocados – mesmo sem compartilhar da ideologia do regime - a pensar a *questão nacional*. (CAPELATO, 1998).

¹ O termo *tempo festivo* que intitula este trabalho, deriva da interpretação feita por Ângela de Castro Gomes (1994), no que diz respeito ao controle ideológico durante o período Estado-novista, graças ao apelo simbólico e ritualístico atribuído as datas consideradas de maior importância para o regime, fazendo com que se criasse um sentimento de unidade nacional através desses festejos.

*Graduada em História pela Universidade Federal da Paraíba, está vinculada ao Programa de Pós-graduação desta mesma instituição. <loyviaalmeida@hotmail.com>.

² De acordo com Benedict Anderson, a época dos nacionalismos na Europa corresponde ao crepúsculo das interpretações e pensamentos religiosos.

³ Se levarmos em consideração os altos custos para a consolidação dessa modernização, a exemplo da suspensão de direitos, a repressão e o estabelecimento de uma ditadura. Tal processo acaba perdendo em pontos positivos, pois os negativos a meu ver se sobressaem.

Intelectuais vindos das mais diferentes origens foram desembocar numa corrente comum que se inseria no projeto de construção do Estado nacional. Modernistas, integralistas, positivistas, católicos e socialistas são encontrados trabalhando lado a lado, já que, “em vez de propor confessionalidades aos intelectuais, o Estado Novo polarizava-os à base de afinidades tanto teóricas quanto eletivas”. (OLIVEIRA, 1982, p. 11).

E nessa construção histórica, aquele sujeito anteriormente preterido, marginalizado e sem ter o seu valor reconhecido, passa a ser prestigiado, e fonte de um ideal tangível. A imagem do herói brasileiro tinha uma nova cara: o trabalhador, o novo cidadão, para quem o governo buscou redefinir suas posturas em relação a ética trabalhista, aquele que resumia em sua simplicidade para onde deveria caminhar o sentido de nação e o sentimento nacional, o homem novo. (GOMES, 1982).

Durante todo o período do Estado Novo – e mesmo antes – aconteceu uma dignificação do trabalho e uma revalorização da figura do trabalhador. Para chegar a questão nacional era necessário resolver a social antes, pois a partir do momento em que o trabalho fosse compreendido enquanto um instrumento de dignificação do homem, gerador de riqueza e necessário ao cidadão, levaria a uma identificação ideológica dessa classe ao projeto estadonovista, fazendo com que esses novos homens tomassem dimensão da sua importância⁴ para a construção da nacionalidade e da superação dos problemas econômicos do país através de seus esforços.

A partir dessa valorização da classe trabalhadora houve uma aproximação entre o poder público e o povo, que se fazia transparecer tanto nas políticas sociais adotadas, quanto nas palavras paternas do presidente e de seus ministros, dirigidas à população. Tanto as palestras, quanto os discursos baseavam-se em um tom pedagógico e de fácil assimilação, principalmente quando seu conteúdo dizia respeito as leis trabalhistas, que “por não ter sido conquistada ao longo de uma epopeia de lutas, e sim outorgada pela sabedoria do Estado, essa legislação exigia divulgação e esclarecimentos”. (GOMES, 1994, p. 196).

Para reforçar ainda mais essa proximidade com o povo, o governo criou o que Ângela de Castro Gomes chamou de *tempo festivo*, ou seja, uma série de datas oficiais que promoviam a interação entre o governante e a população, onde três datas desse calendário comemorativo despontavam como as principais e as mais aguardadas do ano: o Aniversário de Getúlio Vargas, o Dia do Trabalho e o Aniversário do Estado Novo, pois a fala presidencial era direcionada totalmente a massa de trabalhadores (GOMES, 1994).

Os festejos e datas comemorativas criaram um sentimento quase que homogêneo de identificação nacional, pois o povo partilhava – teoricamente – dos mesmos interesses e das mesmas representações difundidas pelo calendário comemorativo implementado pelo Estado Novo, levando a não só uma centralização política, como também uma simbólica (SANTOS, 2014, p. 5), tanto na pessoa do chefe nacional, Getúlio Vargas, quanto na pessoa do chefe local, nesse caso, Argemiro de Figueiredo.

APRESENTANDO O DONO DA FESTA

Proveniente do seio das oligarquias, pois era filho de um dos coronéis mais influentes e respeitados na região de Campina Grande, Argemiro de Figueiredo esteve envolvido desde cedo nas relações intra-oligarquicas, presenciando os acordos e conchavos daqueles que

⁴ Tal importância residia no fato de o governo, através de sua polícia política, da propaganda e lançando mão de outras ferramentas ao seu dispor, manter essa classe sob controle, impedindo qualquer manifestação contrária ao regime, ou o avanço das doutrinas comunistas e anarquistas entre esses trabalhadores, na tentativa de uma adesão em massa desses ao seu projeto autoritário-conservador-corporativista. Ver Estado Novo – Ideologia e Poder, 1982.

faziam de tudo para se perpetuar no poder. Enquanto membro dessas oligarquias, a herança herdada de seu pai – além do nome familiar – consistiu na liderança nata que sempre o caracterizou durante sua trajetória política (PEREIRA, 1986).

Uma vez concluído seus estudos no Lyceu Paraibano, deslocou-se para o Estado de Pernambuco, assim como grandes outros nomes da política paraibana, afim de cursar a Faculdade de Direito do Recife. Concluído os seus estudos como aluno laureado, regressou a sua terra natal, onde fundou o seu primeiro escritório, ainda nos fundos da casa de seu pai (TEJO, 2001).

Eivado nos preceitos da justiça, uma de suas primeiras atuações importantes foi a criação do sindicato dos motoristas de Campina Grande, onde prestava seus serviços a essa categoria, mas sem receber qualquer tipo de remuneração, simplesmente porque:

A sua luta, sabia ele, ia ser em duas frentes: nos foros e nos tribunais, defendendo o Direito dos injustiçados e, na estrutura do Poder, modificando as suas leis e tornando mais humana a Justiça. (ARAÚJO, 2000, p. 41 e 42).

Em 1928, com a criação do Partido Democrático, Argemiro de Figueiredo marca definitivamente a sua entrada na política. A identificação que sentia pelas ideias liberais, acabou levando ao rompimento político com seu pai e com seu irmão mais velho, Acácio de Figueiredo. Seu partido deu apoio a campanha da Aliança Liberal, tornando-o um amigo próximo a João Pessoa, fato esse que veio a utilizar para se legitimar no governo paraibano, enquanto um dos herdeiros políticos do ex-Presidente de Estado assassinado.

Nome já bastante conhecido da política paraibana, Argemiro de Figueiredo teve uma breve participação na interventoria de Anthenor Navarro, onde contribuiu – juntamente com outros homens de prestígio – na criação de um estudo de caso sobre os problemas da Paraíba⁵, chegando ao cargo de Secretário da Justiça e Interior da interventoria de Gratuliano de Brito, por enfática indicação do líder político naquela época, José Américo de Almeida⁶.

Durante os dois anos que esteve a frente desta pasta, Figueiredo manteve uma boa relação com as oligarquias e com os principais líderes das localidades, ao passo que constituía acordos e sua base política que serviria de sustentação para sua campanha ao governo do estado, em 1935 (SOUZA NETO, 2016). Mas uma vez por indicação de José Américo de Almeida, o nome de Argemiro de Figueiredo foi lançado. Dessa vez, como sucessor de Gratuliano de Brito.

Eleito pela Assembleia Legislativa, Argemiro de Figueiredo, como primeira de suas ações adotou a cooptação e reaproximação com aquelas elites decaídas em 1930, passando a fazer uso de uma espécie de clientelismo para com esses oligarcas, ao qual se apoiava o seu governo, enquanto que com as classes mais baixas utilizava sempre do mandonismo vigente na cultura política paraibana. Dessa forma, conseguiu levar a cabo o projeto centralizador iniciado ainda no período de João Pessoa, e que mostrava toda a sua face mais radical a partir da implantação do Estado Novo.

Nomeado interventor a partir de 1937, o idealizador que pretendia tornar “mais humana a justiça” (ARAÚJO, 2003), deu origem a um governante adepto de práticas autoritárias e repressivas para com os mais politicamente frágeis. O processo de perseguição e prisão iniciados ainda em 1935 por causa da malfadada Intentona Comunista, atingiram seu ápice com a progressiva radicalização e fechamento do regime, graças ao estabelecimento da ditadura varguista.

⁵ Ver José Octávio de Arruda Mello, 2000.

⁶ A indicação de Argemiro de Figueiredo para o cargo de Secretário no governo de Gratuliano de Brito é bem sintetizada em *Governo Interventorial e Relações de Poder na Paraíba Pós- 1930: a administração de Gratuliano de Brito (1932-1934)*.

A FESTA DA POLÍTICA ARGEMIRISTA

Nomeado interventor federal na Paraíba, Argemiro de Figueiredo, controlando os meios de comunicação através da censura e do empastelamento de jornais de oposição, transformou a propaganda em uma ferramenta de controle ideológico à serviço da máquina estatal. O DEP – Departamento de Estatística e Publicidade – juntamente com os jornais que se posicionavam a favor do interventor e a Igreja Católica, serviram mais do que tudo a esse fim, contribuindo para legitimação e consolidação do *projeto argemirista*. “Foram instrumentos desse projeto político a esfera educacional e os meios de comunicação: o jornal oficial A União, o jornal católico A Imprensa e a Rádio Tabajara, criada em 1937.” (SANTANA, 1999, p. 157).

Dessa forma, diariamente se publicava as “grandes obras do Governo Argemiro de Figueiredo”⁷. As manchetes davam conta de inaugurações, que geralmente aconteciam em datas importantes⁸, como por exemplo o aniversário de governo, ou natalício do interventor; dia da independência ou dia da bandeira e etc. que constituíam assim, o que pode-se chamar de *calendário festivo* (GOMES, 1994). De acordo com essa autora, essas festividades eram uma forma de aproximar o governante do povo, o encontro do anfitrião e seus convidados.

Nessas ocasiões, Argemiro de Figueiredo aproveitava para se dirigir diretamente aos “*seus leais companheiros de luta*”, fazendo anúncios importantes sobre as obras que estavam em andamento, as que haviam sido entregues e os planos para os próximos anos em que estivesse à frente do governo. Era uma espécie de prestação de contas.

O interventor era o grande protagonista do poder em cena, discursava, gesticulava, era fotografado e filmado. Em meio a estandartes, bandeiras, música e luz, era ele o protagonista cênico representando o grande encontro com a multidão. (AIRES, 2015, p. 53).

Foi através dessa manipulação dos meios de comunicação e da fomentação de uma identidade coletiva associada a um sentimento patriótico que envolvia a população presente nessas comemorações, que Argemiro de Figueiredo conseguiu esconder aqueles que não tinham sido convidados para a festa. Estes consistiam em comunistas, simpatizantes, trabalhadores mais bem politizados, que desde 1935 já enfrentavam a perseguição e a dura repressão por parte do interventor. Os jornais publicavam a grande adesão do operariado e o apoio desta classe ao interventor, de forma que dava entender que não haviam resistências, uma vez que o *projeto argemirista* consistia na “*pacificação*” e “*conciliação*” de todas as classes, sob a tutela do Estado.

Por trás do que era noticiado, o que existia era uma verdadeira ação desmobilizadora da classe trabalhadora por meio da repressão, das ideias desvirtuadas que se propagava a respeito do comunismo e do movimento de sindicalização (GURJÃO, 1994). A cooptação se dava por instituições e órgãos que tivessem funções “*educativas*” como por exemplo a escola, a Igreja e a *Rádio Tabajara* propaganda e a imagem positiva criada em torno de Figueiredo, levou ao silenciar das resistências, e a fabricação do mito de que o governo argemirista foi sinônimo de progresso e modernidade, graças as obras de pedra e cal ((AIRES, 2015, p. 55) e aos grandes incentivos dados a economia paraibana com o intuito de dinamizar a produção⁹.

⁷ Com destaque para o alargamento e pavimentação de ruas do centro da capital, o saneamento e esgotamento de Campina Grande, construção de escolas por toda a Paraíba. Todas essas informações estão contidas no livro *Realizações do Governo Argemiro de Figueiredo*.

⁸ Para entender como funcionavam as datas do calendário argemirista ver José Luciano de Queiroz Aires, 2015.

⁹ Nesse período introduziu-se o ciclo do sisal na Paraíba, e a interventoria contratou técnicos e engenheiros para fazer um estudo de solo e das condições climáticas do Estado. O território foi dividido em 12 inspetorias de acordo com as condições geológicas de cada região. Ver Eliete Gurjão, 1994.

Na criação do mito envolvendo Argemiro de Figueiredo, o papel da escola foi o de promover a legitimação do seu governo e formar cidadãos que seguissem o modelo do Estado Novo. Funcionando enquanto órgão cooptado e a serviço do governo, tornou-se um difusor e reprodutor da ideologia vigente, o que se pode notar pela série de prescrições comportamentais dirigidas a figura do professor, para que este

Transforme suas aulas em ‘foco de civismo’, enaltecendo os valores éticos e espirituais; a quarta refere-se especialmente ao ensino da História e Geografia, cujos ensinamentos devem ser orientados no sentido ‘do verdadeiro amor à pátria, apontando-se aos jovens os efeitos heróicos dos antepassados como exemplos dignos de imitação’; a última determina a celebração mensal, ‘com todo o esplendor’ das festas patrióticas, revelando o culto da Bandeira”. (GURJÃO, p. 218, 1994).

Outra função estratégica teve a Rádio Tabajara – Rádio difusora oficial do estado – que transmitia o programa *A Hora do Brasil*, e os pronunciamentos quase que diários de Argemiro de Figueiredo, que depois eram transcritos pela *A União*. A importância da Rádio residia no fato do longo alcance que tinha, contribuindo assim para “*completar a ‘função educativa’ do governo, retransmitindo suas bases ideológicas*”. (SANTANA, p. 159, 1999).

Entretanto, o silêncio imposto aos marginalizados pelo governo paraibano não significa que houve uma acomodação frente a repressão existente. Pelo contrário, as minorias mesmo desmobilizadas conseguiram demonstrar a sua insatisfação na imprensa de oposição, que circulava irregularmente por conta das perseguições sofridas. Um desses jornais ficava em Campina Grande e era intitulado *A Batalha*. Caracterizado por Josué Sylvestre (1993) como um “jornalzinho desabusado”, acabou tendo o mesmo fim que os outros que faziam oposição ao governo. Mas seus poucos exemplares mostram que nem de longe, o *projeto argemirista* era tão homogêneo quanto se pretendia.

CONCLUSÃO

Durante o período que esteve a frente da Paraíba, Argemiro de Figueiredo, seguindo a máxima do varguismo, utilizou-se da propaganda como arma política para legitimar a sua liderança e hegemonia no estado, bem como ferramenta de controle ideológico, buscando criar uma identidade coletiva explorando o simbolismo existente nos festejos e datas importantes.

Essas datas deram origem a um calendário de comemorações de extrema importância para a dinâmica do *argemirismo*¹⁰, pois geralmente os pronunciamentos feitos nessas ocasiões tinham uma conotação pedagógica e de aproximação com o povo, que contribuía – juntamente com os órgãos da imprensa à serviço do governo – para a fabricação da imagem de grande administrador, benfeitor e modernizador, que rodeava Argemiro de Figueiredo.

De fato, durante o período compreendido entre (1935 - 1940), a Paraíba alcançou grande prosperidade econômica, graças aos investimentos em obras públicas e fomentos na agricultura. Todavia, se por um lado as festas do calendário argemirista enchiam os olhos e reforçava a ideia de que não haviam diferenças, pois todos compactuavam do projeto político vigente; por outro, o que se tentava esconder dos holofotes eram os marginalizados e perseguidos pela política autoritária e coercitiva de Argemiro de Figueiredo.

Lembrado como o “homem que trouxe o progresso para a Paraíba”, Figueiredo conseguiu esconder as resistências e o contra-teatro (AIRES, 2015), encenado pela classe trabalhadora, fazendo perpetuar na memória coletiva apenas os pontos favoráveis de seu

¹⁰ Termo que designa a liderança de Argemiro de Figueiredo durante o período em que esteve governando a Paraíba. Ver Martha Facção Santana, 1999.

tempo na interventoria. Todavia, se fizermos uma análise mais detalhada do que não é visto a olhos nus, encontraremos vestígios de que essas resistências, por menor que fossem, existiram e agem como prova de que os mecanismos utilizados pelo estado na tentativa de homogeneizar e padronizar a população através da doutrinação ideológica, foi rejeitada por alguns membros de segmentos sociais, tais como os trabalhadores, que procurando criar uma identidade de classe, resistiram ao projeto político vigente e por isso sofreram a repressão em sua mais violenta forma.

REFERÊNCIAS

AIRES, José Luciano de Queiroz. **Cenas de um espetáculo político** – poder, memória e comemorações na Paraíba (1935 – 1945).

AMARAL, Azevedo. **O Estado autoritário e a realidade nacional**. Rio de Janeiro: José Olympio, versão ebook digital, 2002 [1938].

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo. Fondo de Cultura Económica, Mexico, 1993.

ARAÚJO, Naughton Rocha França. **PARAÍBA**: Nomes do Século – Argemiro de Figueiredo. Série Histórica. Campina Grande: Editora A União, 2000.

CAPELATO, Maria Helena. **O Estado Novo**: o que trouxe de novo? In: FERREIA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida das Neves. **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. **Multidões em cena**. Propaganda política no Varguismo e no Peronismo. 2º ed. São Paulo: Editora Unesp.

CARONE, Edgard. **A Terceira República (1937 – 1945)**. São Paulo: DIFEL, 1976.

FAUSTO, Bóris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 1994.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e Vida das Oligarquias-paraibanas**: Paraíba (1889-1945). João Pessoa: Ed. Universitária. UFPB, 1994.

MELLO, José Octávio de Arruda. **Conservantismo Social, Afirmação Política e Pulsão Oratória em Argemiro de Figueiredo**. In: **PARAÍBA**: Nomes do Século – Argemiro de Figueiredo. Série Histórica. Campina Grande: Editora A União, 2000.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo: ideologia poder**. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982.

PEREIRA, Joacil de Brito. **Argemiro de Figueiredo e a oratória do seu tempo**, 1986.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. [Entre le peuple et la nation: les intellectuels et la politique au Brésil]. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Ática, 1990.

SANTANA, Martha M. F. de C. e Moraes. **Poder e Intervenção Estatal: Paraíba (1930-1940)**. João Pessoa: Ed. Universitária. UFPB, 1999.

SANTOS, Natália Cabral dos. Intelectuais, construção da nacionalidade e Estado Novo. In: XVI ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 2014, ANPUH- RIO DE JANEIRO.

SOUSA NETO, Bento Correia. **Governo Interventor e Relações de Poder na Paraíba Pós- 1930: a administração de Gratuliano de Brito (1932-1934)**. João Pessoa, 2016.

SYLVESTRE, Josué. **Da Revolução de 30 à Queda do Estado Novo**. Campina Grande: Editora Senado Federal, 1993.

TEJO, William. **Argemiro: Confidências de um líder**. Campina Grande: Gráfica Marcone, 2001.

TORRES, Alberto. **O problema nacional brasileiro**. Reedição. São Paulo: Nacional, versão ebook digital, 2012 [1912].